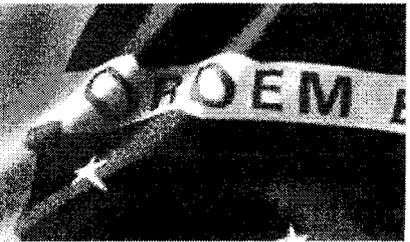




CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10

REUNIÃO ORDINÁRIA – 30/07/2013  
ELEIÇÃO DO CNPG 2013/2014

11 Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às 14:30 horas, na Sala de  
12 Reuniões da Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT, em Reunião Ordinária do  
13 Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da  
14 União, estiveram presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Patrícia  
15 Rêgo, Procuradora-Geral de Justiça do Acre; Sérgio Jucá, Procurador-Geral de Justiça  
16 de Alagoas; Ivana Lúcia Franco Ceij, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco  
17 das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Alfredo  
18 Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice  
19 Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT; Éder Pontes da  
20 Silva, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Lauro Machado, Procuradora-Geral  
21 de Justiça de Goiás; Regina Lúcia de A. Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do  
22 Maranhão; Paulo Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso;  
23 Humberto Brittes, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul; Marcos Antônio  
24 Ferreira, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho,  
25 Procurador-Geral de Justiça da Paraíba e Presidente do CNPG; Gilberto Giacoia,  
26 Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon, Procurador-Geral de Justiça  
27 de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Marfan  
28 Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro; Eduardo de Lima Veiga,  
29 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Héverton Aguiar, Procurador-Geral de  
30 Justiça de Rondônia; Fábio Stica, Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Lio Marin,  
31 Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça  
32 de São Paulo; Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Vera  
33 Nilva Alvares Rocha, Procuradora-Geral de Justiça de Tocantins; Luís Antonio Camargo,  
34 Procurador-Geral do Trabalho e Marcelo Weitzel, Procurador-Geral Militar. **INFORMES**  
35 **INICIAIS:** Iniciando os trabalhos, o presidente declarou aberta a Reunião Ordinária do  
36 CNPG, agradecendo à Dra. Eunice pela honrosa acolhida a todo o colegiado, saudando  
37 a todos os PGJs presentes e em especial ao Corregedor Nacional de Justiça, Dr.  
38 Jeferson Coelho e Marcelo Ferra, novo Conselheiro do CNPG. Em seguida passou a  
39 palavra ao Dr. Jeferson Coelho, Corregedor Nacional, que fez um agradecimento geral a  
40 todos em razão de sua saída da Corregedoria Nacional, cujo mandato se encerra no dia  
41 10 de agosto de 2013, também pediu desculpas se em algum momento houve falhas de  
42 sua pessoa na condução da Corregedoria, encerrando sua fala reiterando a colaboração  
43 de todos os PGJs pelo engrandecimento do Ministério Público brasileiro. Após, Dra.  
44 Eunice, PGJ/MPDFT, falou das virtudes do Corregedor Nacional, agradecendo pelo  
45 profícuo trabalho realizado pelo Dr. Jeferson a frente da Corregedoria Nacional. No  
46 mesmo sentido, também falaram Dra. Patrícia, PGJ/AC, Dr. Orlando Rochadel, PGJ/SE,  
47 Aguinaldo Fenelon, PGJ/PE, Dr. Veiga, PGJ/RS, Dr. Héverton, PGJ/RO, Dr. Sérgio Jucá,

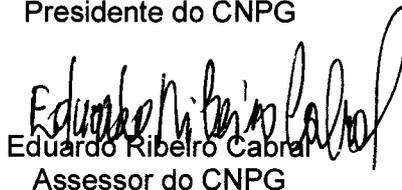
1 PGJ/AL, Dr. Francisco, PGJ/AM, Dr. Márcio, PGJ/SP, Dr. Marcelo, PG/MPM, Dra. Vera,  
2 PGJ/TO e demais PGJs presentes. Em seguida, Dr. Jeferson reiterou os agradecimentos  
3 recebidos pelos PGJs. Após, o Presidente pediu inversão da Pauta, iniciando os  
4 trabalhos pelo item **04 da Pauta**, convidando o Sr. Eumar Novack, assessor direto do  
5 Senador Blairo Maggi, para falar ao colegiado acerca da PEC 75. O Presidente solicitou a  
6 assessoria de comunicação que não gravasse a fala do convidado, por se tratar de um  
7 tema bastante sensível na relação CNPG e Congresso Nacional. **Itens 01 e 02 da Pauta:**  
8 Em seguida, nos informes iniciais, o Colegiado aprovou as atas da Reunião Passada do  
9 CNPG, após o Presidente fez um registro acerca de sua viagem a Holanda, onde  
10 representou o CNPG no Termo de Cooperação com a Rede Judiciária Européia, falando  
11 da importância da representação do CNPG, posto que resultará numa maior integração  
12 entre os pontos de contatos entre os países da comunidade européia e o Brasil,  
13 resultando numa troca de informações mais céleres entre o CNPG e a rede européia,  
14 diminuindo-se a burocracia em razão da participação formal do CNPG. **Em relação ao**  
15 **Item 02 da Pauta**, o Presidente falou da existência da PEC/07, que trata da nova  
16 Composição do CNMP e da Nota Técnica da ANPR que planta uma ideia do aumento de  
17 representantes do CNMP indicados exclusivamente pelo PGR, ferindo à paridade entre  
18 os MPs, conclamando o grupo de acompanhamento legislativo a ficar silente em relação  
19 ao tema, o qual foi aprovado por todo o Colegiado. Em seguida o Presidente indicou o Dr.  
20 Márcio Rosa, PGJ/SP para representar o CNPG no Grupo de Acompanhamento  
21 Legislativo, o qual pela unanimidade foi aprovado pelo Colegiado. Em seguida, Dr. Márcio  
22 agradeceu pela indicação dos colegas pela manifestação dos colegas. **Item 06 da Pauta:**  
23 Dr. Márcio, PGJ/SP falou que em um levantamento a priori amadorístico no Congresso  
24 Nacional existem mais de 130 projetos de interesse do MP no Congresso Nacional que  
25 nos afetam de forma desagradável, afirmando que colocou o seu SubPGJ, Arnaldo  
26 Hossepian para coordenar as informações relativas a tais projetos, informando o CNPG o  
27 andamento de cada um dos processos, para que hajam deliberações constantes nas  
28 reuniões ordinárias. Por fim, agradeceu a indicação de todos para a realização deste  
29 trabalho. Com a palavra, o Presidente conclamou a todos para que sejam continuados os  
30 espaços de aproximação com o Congresso Nacional, com o forte engajamento de todos,  
31 pedindo ao Dr. Márcio uma apresentação de um plano de trabalho do seu grupo, o que  
32 de pronto foi aceito, no sentido de que o CNPG possa manter o crescimento de sua  
33 representatividade e que sejam mantidos os espaços de interlocução obtidos na luta  
34 contra a PEC 37. **ELEIÇÃO DO CNPG (2013/2014):** O Presidente pediu nova inversão  
35 de pauta para colocar em discussão a Eleição da nova Presidência do CNPG, tendo em  
36 vista o consenso de todo o Colegiado no nome de Dra. Eunice Carvalhido para ser a  
37 nova Presidente do CNPG. O Presidente afirmou que a princípio teríamos 03 candidatos:  
38 Dra. Eunice, Dr. Fenelon e Dr. Veiga, mas informou que Dr. Fenelon e Dr. Veiga visando a  
39 união do CNPG, retiraram as suas candidaturas em nome da Dra. Eunice. Assim, o  
40 Colegiado, por unanimidade, aclamou a Dra. Eunice Carvalhido, PGJ/MPDFT, como a  
41 nova Presidente do CNPG no período de 2013/2014. Com a palavra, Dra. Eunice afirmou  
42 que honrará o cargo, abraçando a cada um dos PGJs, externando a sua gratidão pela  
43 confiança depositada. Em seguida todos os PGJs enaltecem a nova Presidente e  
44 agradeceram ao excelente trabalho desenvolvido pelo Dr. Oswaldo a frente do CNPG. O  
45 Presidente informou que a posse da nova Presidente ocorrerá no dia 12 de agosto, às  
46 15hs, no auditório da sede do MPDFT, para em seguida prestigiar a posse dos novos  
47 membros do CNMP, às 17hs, na sede da PGR. **Item 11 da Pauta:** Dando continuidade a  
48 reunião, a Presidência, mais uma vez, inverteu a pauta a pedido do novo Presidente do  
49 GNDH, Orlando Rochadel, PGJ/SE, que informou que na Reunião do GNDH ocorrida em  
50 São Paulo ficara definido que o GNDH a cada semestre teria uma pauta de trabalho,  
51 sendo escolhido o tema da MOBILIDADE URBANA, tema escolhido em razão das  
52 grandes manifestações populares no Brasil por um transporte mais digno e acessível a  
53 todos. Em seguida apresentou o Projeto Ministério Público e Mobilidade Urbana e o  
54 cronograma de ações para aprovação do Colegiado, reiterando que este será um projeto  
55 do MP brasileiro para os próximos seis meses. Após, o referido projeto foi aprovado a

1 unanimidade pelo Colegiado. Em seguida, Dr. Orlando solicitou que o link do GNDH  
2 fosse transferido da Paraíba para Sergipe para melhor alimentação de informações do  
3 GNDH no site do CNPG, questão também aprovada pelo Colegiado. Também solicitou a  
4 criação da página do GNDH no facebook, questão também aprovada pelo Colegiado.  
5 Também solicitou a criação da Subcomissão da Promoção de Igualdade Social ligada a  
6 Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, e da Comissão do Meio-  
7 ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural, questão também aprovada pelo  
8 Colegiado. Finalizando, Dr. Rochadel trouxe alguns enunciados (unificação do MP sobre  
9 determinada matéria) das Comissões do GNDH para aprovação do Colegiado. **Foram os**  
10 **seguintes os Enunciados aprovados pelo Colegiado. Comissão Permanente de**  
11 **Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso: Enunciado I** – “ Ao Ministério Público  
12 cabe zelar pela correta aplicação do conceito de pessoa com deficiência redefinido pela  
13 Convenção sobre Direitos da Pessoa Com Deficiência”; **Enunciado II** – “À luz da  
14 Convenção dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, a pessoa com visão monocular ou  
15 com perda auditiva unilateral, por si só, não deve ser considerada pessoa com  
16 deficiência, no que se refere à reserva de vagas em concurso público e à destinação de  
17 cotas na iniciativa privada.” **Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos –**  
18 **COPEDH: Enunciado II** – “Os planos Gerais de Atuação devem ser resultantes do  
19 intercâmbio de informações entre todos os órgãos de execução e de administração do  
20 Ministério Público, assegurada a possibilidade de participação das entidades  
21 representativas da sociedade civil e da comunidade científica”; **Enunciado III** – “O  
22 Ministério Público deve conservar e fomentar o diálogo com todos os setores  
23 representativos da sociedade civil, alimentando a participação política e prestando  
24 contas.” **Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra**  
25 **a Mulher: Enunciado II** – “O art. 41 da Lei Maria da Penha aplica-se indistintamente ao  
26 crimes e contravenções penais, na esteira do entendimento do STF e STJ.” Por fim,  
27 aprovada pelo Colegiado a nova logomarca do GNDH. Em seguida a Presidência passou  
28 a palavra ao Presidente do GNCOC, Dr. Héverton Aguiar, PGJ/RO, para apresentação de  
29 dois relatórios do GNCOC, o levantamento estrutural dos GAECOS e sobre os trabalhos  
30 da escola Nacional, que foram disponibilizados a todos os presentes. Dr. Héverton após  
31 as apresentações dos relatórios salientou da importância da prestação de contas da  
32 presidência do GNCOC ao Colegiado do CNPG, como forma de melhorar a atuação  
33 nacional do Grupo. Em seguida, o Presidente agradeceu a todos os PGJs pelo excelente  
34 período de convivência, afirmando estar muito feliz pelo engrandecimento e  
35 reconhecimento nacional do CNPG alcançado neste período de luta contra a PEC 37. em  
36 seguida, deu por encerrada a presente Reunião Ordinária do CNPG. Nada mais havendo  
37 a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo por mim, Eduardo Ribeiro Cabral,  
38 assessor do CNPG, lavrado a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente  
39 do CNPG.

40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54



Oswaldo Trigueiro do Valle Filho  
Presidente do CNPG



Eduardo Ribeiro Cabral  
Assessor do CNPG